

acordo de não persecução penal

↳ o acordo de não persecução penal constitui-se em um ajuste obrigacional celebrado entre o órgão de acusação e o investigado devidamente homologado pelo juiz, no qual o indigitado assume sua responsabilidade, aceitando cumprir, desde logo, condições menos severas do que a sanção penal aplicável ao fato a ele imputado.

@beatriznamiestudies

► pressupostos: art. 28-A CPP

- existência de procedimento investigatório
- tratar-se de hipótese de oferecimento da denúncia: significa dizer que não pode ser hipótese de arquivamento dos autos de investigação
- A pena mínima privativa de liberdade cominada à infração deve ser inferior a 4 anos
- existência de confissão formal e circunstanciada

► condições de acordo:

- reparação do dano ou restituição da coisa à vítima, salvo impossibilidade de fazê-lo;
- renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo MP como instrumentos, produto ou proveito do crime;
- prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de 1/3 a 2/3, em local ser indicado pelo juiz da execução penal;
- pagamento de prestação pecuniária, a ser estabelecida conforme o art. 46 CP, em benefício de entidade pública ou de interesse social
- cumprimento, por prazo determinado, de outra condição indicada pelo MP, desde que proporcional e comparável com a infração penal imputada.

► homologação:

O juiz, analisando os termos do ANPP, pode homologá-lo, caso entenda que estejam presentes a voluntariedade e de anuência pelo averiguado e seu defensor, e da legalidade da avença.

↳ Caso haja uma inadequação, insuficiência ou abusividade do acordo, o juiz devolverá os autos ao MP para reformulação do acordo, após isso será realizada nova diligências e audiência.

▸ **descumprimento:** caso sejam descumpridas as obrigações pactuadas no acordo da não persecução penal, o MP deve requerer que seja ele declarado rescindido pelo juiz que homologou o acordo, e após, inaugurar a ação penal, mediante oferecimento de denúncia.

descumprimento importe
como consequência

conversão em prisão ou outra medida
restritiva de liberdade individual, pois,
cuida-se de negócio jurídico consensual
que visa evitar o desgaste do processo penal

@beatriznamiestudies